

**RAIMUNDO LÚLIO (1232-1316) E O DIÁLOGO ENTRE A FILOSOFIA
E A TEOLOGIA**

**RAIMUNDO LULIUS (1232-1316) AND THE PHILOSOPHY-
THEOLOGY DIALOGUE**

**RAMÓN LLULL (1232-1316) Y EL DIÁLOGO ENTRE LA FILOSOFÍA
Y LA TEOLOGÍA**

Conceição Solange Bution Perin

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora da Universidade Estadual do Paraná. E-mail: solperin01@gmail.com

Lía Viguria Guerendiáin

Doutora em Educação pela Universidad Nacional de Educación a Distancia de Madrid (Uned/Madrid). Professora Associada da Universidad Rey Juan Carlos, Madrid. E-mail: lia.viguria@gmail.com

Carolina Peixoto Gontijo de Oliveira Bonetti

Doutoranda em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora da Rede Municipal de Paranavaí-PR. E-mail: carolina_p_gontijo@hotmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/notandum.vi60.65675>

Recebido em 01/11/2022

Aceito em 07/12/2022

Resumo

Raimundo Lúlio, na sua última estadia em Paris (1309-1311), escreveu O livro da lamentação da Filosofia. Encaminhou diversas cartas ao rei da França – Filipe IV – e, com elas, a obra sobre a Filosofia. Ele apelava ao rei o apoio para propagar a fé cristã e renegar os ensinamentos averroístas que estavam sendo veiculados, principalmente, na Universidade de Paris. Na obra, Lúlio apresenta a Filosofia como a personagem que dialoga com 12 princípios. A finalidade do diálogo filosófico é provar que a Filosofia não era contra a Teologia, mas o meio de comprovação da existência de Deus. O objetivo da investigação é compreender os ensinamentos de Lúlio e analisá-los como valores, considerados pelo autor, necessários para a formação do homem do século XIV. Porém, esses valores, no entendimento de Lúlio, só seriam passíveis de apreensão pela via da ciência.

Palavras-chave: Raimundo Lúlio; Filosofia; Formação do intelecto; Século XIV.

Abstract

Raimundo Lulius, during his last permanence in Paris (1309-1311), wrote *The Book of the Lamentation of Philosophy*. He addressed several letters to the king of France - Philip IV - and, with them, the book on Philosophy. He urged the king to support him in spreading the Christian faith and to disown the Averroistic lessons that were being propagated, mainly, at the University of Paris. In the book, Lúlio presents Philosophy as the character in dialogue with 12 principles. The aim of the philosophical dialogue is to prove that Philosophy was not opposed to Theology, but the method of proving God's existence. The goal of the investigation is to comprehend Lulius' teachings and analyze them as values, considered by the author, as necessary for the formation of the man of the 14th century. These values, however, in Lulio's understanding, would only be susceptible of apprehension through science.

Keywords: Raimundo Lulius; Philosophy; Formation of Intellect; Fourteenth Century.

Resumen

Ramón Llull, en su última estadia en París (1309-1311), escribió *El libro de las lamentaciones de la Filosofía*. Envío diversas cartas al rey de Francia – Filipe IV – y, con ellas, la obra sobre la Filosofía. Él pedía al rey el apoyo para difundir la fe cristiana y renegar las enseñanzas averroístas que estaban siendo transmitidas, principalmente, en la Universidad de París. En la obra, Llull presenta la Filosofía como el personaje que dialoga con 12 premisas. La finalidad del diálogo filosófico es probar que la Filosofía no era en contra la Teología, sino el medio de comprobación de la existencia de Dios. El objetivo de la investigación es comprender las enseñanzas de Llull y analizarlas como valores, considerados por el autor, necesarios para la formación del hombre del siglo XIV. Sin embargo, estos valores, en la comprensión de Llull, solamente serían pasibles de adquisición por el camino de la ciencia.

Palabras clave: Ramón Llull; Filosofía; Formación del intelecto; Siglo XIV.

Introdução

Neste artigo, trataremos sobre a Filosofia, analisada por Raimundo Lúlio, como ciência do século XIV e que justifica o posicionamento referente ao embate, recorrente no seu período, entre a fé e a razão. O autor escreve o diálogo da Filosofia com os princípios da Fé (Teologia) e da Razão (Filosofia), fazendo da primeira a personagem principal e respondendo às dúvidas sobre sua real importância para a formação do intelecto e das virtudes, ou seja, dois aspectos considerados essenciais para a formação do homem no âmbito civilizatório (humanização).

Para Lúlio, incorporado no personagem que auxilia no consolo da Filosofia, não há separação entre Filosofia e Teologia, pois ambas devem ser entendidas como prioridades para a vida na sociedade. O que é importante ressaltar sobre essa afirmação é que Lúlio escreve o diálogo nominado *O livro da lamentação da Filosofia* para o rei Filipe da França, o Belo, ao

qual ele se refere como “[...] o mais ilustre dos príncipes e o mais pacífico rei dos Francos” (Lúlio, EA, p. 121). Portanto, Lúlio faz o apelo, ou o lamento da Filosofia, diretamente ao governante da França. Ele parte do pressuposto de que, se o rei considerasse a importância tanto da Filosofia quanto da Teologia para a formação dos princípios básicos das duas ciências, esse ensinamento perpassaria aos seus seguidores e, conseqüentemente, chegaria à sociedade, de modo geral. Lúlio analisa esse como o melhor meio para se alcançar e mudar o desenvolvimento intelectual e comportamental dos homens.

Tratado sobre a Filosofia

Trazemos à tona esse tratado sobre a Filosofia porque esta é uma das ciências que provoca o pensar reflexivo historicamente, em outros termos, um pensamento mais aprofundado das questões debatidas no âmbito formal e, também, no informal. Nesse caso, consideramos que a ‘reflexão’ ou o desenvolvimento do intelecto é atemporal e interliga passado, presente e futuro. Certamente, estamos tratando do pensamento reflexivo necessário para cada época histórica, pois não pretendemos comparar as questões sociais do século XIV com as do século XXI, ou as de outra época. Sete séculos nos separam, porém, o desenvolvimento intelectual sempre foi, e será, necessário para a formação humana. Isso não podemos negar em nenhum período. Um exemplo do que estamos afirmando, na obra analisada, é o de que Lúlio escolheu Paris para escrever esse ‘lamento’ e diz (por meio da personagem da Filosofia) que “Paris, entretanto, é o fundamento, porque corre a fama que estou mais nela que em qualquer outra cidade” (LÚLIO, EA, p. 123). A menção de Lúlio a Paris se remete aos intelectuais que debatem na universidade com seus ouvintes. Eles filosofam sobre o poder hierárquico das duas ciências: a Filosofia e Teologia.

O objetivo, pelo nosso entendimento, é compreender que o conceito sobre a importância da Filosofia deveria partir do local no qual ela estava mais aprofundada e era mais estudada e debatida. Contudo, Lúlio destaca que, mesmo em Paris, a Filosofia foi desmerecida e mal desenvolvida, conforme ele demarca em um dos diálogos da Filosofia com o Intelecto:

E tu Intelecto, disse a Filosofia, que dizes? Respondeu o Intelecto: eu sou quase inteiramente falso, visto que meu discurso em Paris, se fundamenta em opiniões e, assim, que posso dizer? A minha luz deve ser pela claridade e verdade, mas está ofuscada e tenebrosa pelos falsos erros dos filósofos, que tanto me sufocam, a ponto de mal ter fôlego e força. Outro remédio não vejo, a não ser que Deus me ajude através do rei dos francos e, quanto antes, porque os erros crescem e as verdades são sufocadas. (LÚLIO, EA, p. 123).

Lúlio faz a crítica sobre as interpretações apresentadas pelos filósofos que veem a verdade só pela via da fé, desmerecendo a inteligência como necessária para o entendimento pela via da razão. Ele entende que o uso da razão favorece o desenvolvimento intelectual para a própria interpretação das questões divinas. Logo, segundo o Intelecto (personagem), ele está sendo sufocado por afirmações sem fundamentos, ou, como ele mesmo diz, opiniões que acabam se tornando verdadeiras pela oratória dos filósofos aos seus ouvidores e que impossibilitam um ‘novo’ raciocínio interpretativo que não seja pela via da fé.

O Intelecto é um dos princípios da segunda divisão realizada pela Filosofia, dentre eles, estão a Forma, Matéria, Geração, Corrupção, Elementos, Vegetação, Sentido, Imaginação, Movimento, Vontade e Memória. Esses princípios, segundo a personagem Filosofia, são aqueles que recebem uma coroa de prata. Os que recebem a coroa de ouro são Divina Bondade, Magnitude, Eternidade, Poder, Sabedoria, Vontade, Virtude, Verdade, Glória, Perfeição, Justiça e Misericórdia. Não trataremos de todos os princípios, até porque cada um deles demanda um estudo interpretativo que desencadeia várias questões interligadas. No desenvolver do estudo, analisaremos alguns deles para responder às questões suscitadas pela Filosofia sobre sua valorização enquanto ciência.

A divisão estabelecida acima é referida, pela Filosofia, como princípios que divergem socialmente, no entanto, esta afirma que os princípios da coroa de prata não correspondem à discordância da Teologia, mas a uma complementação entre as concepções cristãs e filosóficas.

É importante ressaltarmos que a filosofia tratada por Lúlio e alguns outros filósofos do século XIV, como Guilherme de Ockham (1285-1347) e Marsílio de Pádua (1275-1342), por exemplo, está envolvida com as questões políticas e religiosas da época. Há o discurso que divide as opiniões manifestadas pela Igreja e pelo rei que, para alguns, devem ser analisadas e ponderadas para não serem verdade nem para um, nem para outro.

Segundo Esteve Jaulent (2001), a ida de Lúlio, algumas vezes, a Paris, considerada a capital da intelectualidade, caracteriza motivos relacionados aos seus projetos religioso e político. Um dos interesses de aproximação e relacionamento amigável com reis e papas era o de abrir escolas de idiomas; “Nelas, o árabe e outras línguas orientais seriam ensinadas a futuros missionários leigos que, com a ajuda de sua arte, deveriam convencer mestres e doutores das outras religiões” (JAULENT, 2001, p. 10).

Além do projeto das escolas, Lúlio destinava os seus objetivos, também, à reconquista de terras que tinham sido dominadas pelos mulçumanos e ao combate da propagação da doutrina averroísta. Lúlio, como um propagador dos ensinamentos cristãos, analisava que os ensinamentos de Averróis, interpretados por meio das obras de Aristóteles, não correspondiam à formação do homem como um ser completo e íntegro de suas ações sociais. Para Eduardo Bittar (2009),

[...] este embate somente pode se dar dentro de um ambiente em que a ambição por saber se confunde profundamente com a justificação da ordem de coisas existente, e, na mesma medida, com a dimensão daquilo que se crê, se justifica e se ordena. Afinal, Averróis é juiz (cadi), nomeado em 1169 em Sevilha, e em 1171 em Córdoba, o que significa, como autoridade, estar atrelado a um conjunto de atividades que o fazem agir, pensar e executar as leis moral, religiosa e jurídico-civil. (BITTAR, 2009, p. 73).

Por isso, devemos entender as questões no seu devido contexto, pois, se havia interesses vinculados a questões políticas, por parte de Averróis, não podemos dizer que não havia interesses defendidos por Lúlio como sendo os melhores para a sociedade do século XIV, de acordo com a sua análise político-social.

Lúlio discordava da teoria averroísta e, também, fazia uma crítica severa aos que se afirmavam como mestres cristãos e discursavam contra a Filosofia como conhecimento da fé. Para ele, os mestres que desvalorizavam a Filosofia deveriam ser repreendidos, pois contradiziam o fato de serem inteligentes e poderem usar o intelecto para conhecerem a ‘verdade’:

[...] digo-te que caíste em contradição, pois, se pela reflexão filosófica, verdadeiramente entendes que a fé católica é impossível, é necessário que ela o seja: e, portanto, não tens necessidade de acreditar que ela seja verdadeira. Mas se não o crês, não és nem católico nem cristão. (LÚLIO, EA, p. 27).

Ora, para ele, a Filosofia era o princípio para o entendimento e questionamento sobre a fé, portanto, o intelecto era o ponto principal para o pensamento reflexivo das questões abstratas e das concretas que, pela lei divina, se permitiam ser compreendidas pelo homem. Com isso, Lúlio queria mostrar a necessidade do uso racional intelectualivo para fortalecer a fé, independentemente da religião exercida.

Lúlio passou a utilizar a Arte no combate contra as doutrinas averroístas, o que revela quanto as considerava perniciosas. Se, a princípio, a Arte tinha a

finalidade de argumentar contra os erros dos judeus e dos mulçumanos, agora Lúlio vislumbra uma nova função para ela: um método apropriado para discutir com os seus adversários averroístas. A partir de então, Lúlio passará a relacionar os erros dos averroístas entre os dos judeus, mulçumanos e pagãos. (JAULENT, 2001, p. 27).

Um exemplo desse embate está na obra *O gentio e os três sábios*, escrita de 1274 a 1276, e na qual Lúlio apresenta um filósofo que dialoga com um cristão, um judeu e um mulçumano. O filósofo os questiona sobre a existência de Deus e sobre algumas características das suas religiões. Quem coordena esse debate é a própria Inteligência, personagem representada por uma mulher que os rodeia de perguntas e os leva a grandes dúvidas sobre tudo que cada um considera como verdade.

Em alguns momentos do diálogo, a Inteligência coloca como dúvida o porquê do não uso da razão para se compreender as questões da fé. Seria uma forma de se centralizar o uso do intelecto? A mulher no papel da Inteligência representava o intelecto dos três homens em pé de igualdade, sendo que, indiferentemente da religião e da crença, poderiam usar a inteligência para compreenderem e problematizarem as questões que eram essenciais a todos. “Um dos três sábios disse: — Que método adotaremos para provar essas coisas? O melhor será seguir o que nos foi indicado pela mulher Inteligência” (LÚLIO, EA, p. 50).

A Inteligência entendia que as questões apresentadas como prioridades sociais já demandavam um conhecimento além do que estava sendo ensinado e preservado como correto pela falsa verdade. E como desenvolver a inteligência sem a filosofia ou o pensar filosófico? Interligando as duas obras e voltando à personagem Filosofia, a Inteligência questiona os princípios, em forma de lamento:

— Ai de mim, triste e sofredora, disse a Filosofia, e acaso vós, meus outros princípios, sabeis que sou tal? E vós outros, disse a Filosofia, que sois? Todos responderam, a não ser o Intelecto, que calou. Disseram que era a verdadeira e legítima serva da Teologia. (LÚLIO, EA, p. 123).

Apesar de o debate entre a fé e a razão ter se prologando durante séculos, no momento vivido pelo autor em questão, as ordens política, econômica e religiosa, embora estivessem interligadas socialmente, deveriam ter conhecimento empírico para decisões autônomas. Era um momento de alterações que Alain de Libera (1998) define como

Período de extraordinária fecundidade intelectual, o século XIV não é de modo algum o “século de decadência” descrito por alguns historiadores que veem o século XIII, época da “síntese escolástica”, o único cume do maciço

medieval. É um período de invenção conceitual, de crítica do aristotelismo greco-árabe, de inovação contínua. (LIBERA, 1998, p. 418).

O século XIV promove uma leitura mais acentuada e exigente da realidade imposta pelo papa e pelo rei. Com certeza, isso só foi possível aos homens daquele tempo porque, nos séculos anteriores, houve o desenvolvimento que atingiu a necessidade de se estabelecer a relação do mundo abstrato com o concreto. Por isso, a nosso ver, as diferentes posições abarcadas pelos mestres (intelectuais) medievais, principalmente dos séculos XII e XIII, provocaram, nos homens dos períodos posteriores, análises diferenciadas sobre a própria vida e as relações dos homens na sociedade.

Nesse caso, a importância da filosofia, sempre explicada e tratada historicamente por autores clássicos, se firma como uma das prioridades da formação humana, haja vista que o pensar de forma aprofundada e reflexiva é a maneira de se desenvolver o conhecimento e entendê-lo como condição de se descobrir empiricamente o mundo.

Para quem vê a filosofia e a teologia de Tomás de Aquino como ponto mais alto da Idade Média ou até do pensamento ocidental, os séculos que seguem são dissolução e decadência. Mas quem vê o pensamento moderno como expressão máxima do pensamento humano, considerará os séculos XIV e XV apenas como fecunda preparação. (ZILLES, 1996, p. 69).

Lúlio retoma as questões teórico-metodológicas do passado, referindo-se ao método escolástico, e faz reformulações para atender ao que ele considerava o meio de se alcançar o conhecimento da sua época: “Nenhuma nova Arte luliana faz tabula rasa da anterior: cada uma é erigida mais ou menos verticalmente sobre o precedente” (SIMON, 2004, p. 23). Simon refere-se a outra forma de interpretação que Lúlio traz da primeira à sua última obra, que é um projeto epistemológico (filosofia do conhecimento) que analisa

[...] o estabelecimento de uma nova ciência, universal, inexistente na ordo scientiarum escolástica, que possibilitaria a solução das graves anomalias que o seu autor detectava na ciência escolástico-aristotélica: antes de tudo, a sua inaplicabilidade à argumentação em favor dos conteúdos dos artigos da fé cristã, mas também a sua impotência para fundamentar todas as ciências sobre bases sólidas e concordes com esse conteúdo. (SIMON, 2004, p. 23).

Para Lúlio, era necessário mudar o método de argumentação que estava sendo ineficaz para o estudo das ciências como base do entendimento e das descobertas do mundo como realidade empírica. Era mister, na sua concepção, aprofundarem-se as vias de interpretação do ‘eu’ e das demais questões que compunham a vida em sociedade. Logo, a

Filosofia era a ciência que, quando bem trabalhada, poderia fazer o homem alcançar esse entendimento e o seu comportamento perante os demais.

Para esclarecermos melhor, trataremos de alguns conceitos que Lúlio aprazou como norteadores da formação humana e que abordou de forma peculiar, pois estabeleceu uma conversa entre a Filosofia e os seus princípios revelando o que cada um significava para as relações sociais. Analisaremos os conceitos destinados à Filosofia, os quais foram nominados por Lúlio como ‘os de prata’, ou seja, apesar das suas importâncias e de corresponderem ao uso da razão, careciam dos princípios de ouro (fé) para se confirmarem como completos. O autor revela a sua posição referente à crença depositada no Criador e ao comportamento humano relacionado ao uso da fé e da razão. São 12 princípios que, para o autor, provam a contradição teórica dos averroístas referente à inteligência para a compreensão do divino.

Princípios da Filosofia vinculados à razão

Analisaremos a ordem em que Lúlio sequencia os princípios: o primeiro princípio, baseado em Aristóteles sobre forma e matéria, é a Forma que diz: “Sou o ente que dou o ser à coisa. E sou absoluta e primitiva [...]” (LÚLIO, EA, p. 125). A Forma é o princípio que dá ao homem a forma de humano e atende a determinados requisitos para este ter a forma de homem. A Forma é também absoluta e primitiva porque tem a composição dos instintos inatos ao ser humano, dentre eles, a bondade; apetite; prazer; perfeição; grandeza e outros. De acordo com Mário Zingano (2003), “[...] a forma figura como causa de x ser F, todo x precisando certamente atender alguns requisitos materiais para ser um F, mas ganhando a identidade F unicamente graças à forma” (p. 2). A Forma é ‘primitiva na geração’, mas depende da matéria para atender aos requisitos de realmente se ser o que foi gerado para se ser.

Disse a Forma: porque estou na primeira matéria e em todas as matérias particulares e assim atuando a partir de minhas particulares formas, surge de mim uma ação substancial e uma verdadeira ação predicamental, com a qual ajo na matéria-prima e em todas as matérias particulares (LÚLIO, EA, p. 126).

A Forma é o corpo que pode distinguir o homem como ser humano, composto de elementos que lhe possibilitam ser considerado humano, porém, Lúlio atenta para os demais princípios que compõem a Forma, dando a ela requisitos sustentáveis de pensar e agir como humano.

A formação humana não corresponde ao sentido externo da imagem do ser como homem, mas ao uso das partes que integram a Forma e que unificam o abstrato com o concreto revelando a sua formação integral derivada da razão com a fé para agir e saber fazer as escolhas individuais, compreendendo que estão inseridas no coletivo.

Quanto à Matéria, ela afirma ser absoluta, porém, depende da Forma para ser matéria. Segundo aquela, se não existisse a forma particular, que é considerada primeira, não seria possível se ter a matéria prima que preencherá a Forma para dar-lhe a característica gerada. Logo, a Matéria é passiva sob a forma ativa. Uma precisa da outra porque “Sou apassivada e movida sob a forma primeira, com a qual estou unida e constituindo com ela uma só substância na qual todas as substâncias corporais estão incluídas” (LÚLIO, EA, p. 131).

Disse a Matéria: sou absoluta passividade sob forma absoluta, sob a qual estou unida. E assim como o mar se derivam todas as águas fluviais e para o mesmo elas retornam, assim de mim derivam todas as matérias particulares e a mim retornam, porque sou absoluta (LÚLIO, EA, p. 132).

É perceptível que o autor provoca, na fala das personagens, a explicação da existência como ser humano ou como objeto, que depende de outros princípios para existirem. A nosso ver, Lúlio inicia pela simplificação do que é visto pelo sentido da visão, portanto, ‘natural’ aos olhos humanos, sem a devida justificação da existência. Explicando melhor a questão, o homem, em sua forma de homem, é naturalmente homem, porém, para ele ter a forma que tem como humano, necessita da matéria que o compõe em ser e que lhe possibilita o movimento por meio da unificação da forma e da matéria. O homem é o todo.

Para ser o todo, há diversas partes que se unificam para dar sentido e vida ao que é nominado como forma. Como se explicaria o homem ser humano somente pelo formato de corpo? Para ser realmente corpo, é necessário que a matéria preencha a forma, dando a compreensão visual da forma de um ser humano.

Entretanto, para o homem chegar a essa formação de forma e matéria, ele deve ser gerado. Nesse caso, entra em cena a Geração, que, aos poucos, vai se moldando como a geradora de todos os entes, sejam eles animais ou humanos. Quando se refere aos humanos, a Geração se posiciona também como a geradora das virtudes.

Ela revela aos ouvintes as sete principais virtudes, as quais ela gerou: justiça, prudência, fortaleza, temperança, esperança, caridade e sabedoria. Porém, a Geração se remete à fé como a relação possível para a virtude se tornar um hábito permanente. Segundo a Geração,

[...] a fé é um hábito dado por Deus, pelo qual o intelecto entende acima de suas forças aquelas coisas, que não pode atingir por sua natureza, por exemplo, os artigos de fé, etc., permanecendo o próprio hábito, porque foi gerado por semelhanças superiores, como da semelhança da divina bondade, grandeza, etc. Eu nisso não sou generativa naturalmente, mas sou dispositiva instrumental sob a graça divina. **Pelo mesmo hábito realiza-se o crer e sob o crer o entender.** Quanto mais o próprio entender ascende ao objeto superior, tanto mais ascende o crer acima de si mesmo, assim como o óleo sobre a água. Pois, quanto mais a água sobe, tanto mais o óleo sobe sobre a mesma. E, por isso, o intelecto, pelo entender e pelo crer, atinge o mesmo objeto mas de maneira diferente, isto é, mais pelo crer do que pelo entender (LÚLIO, EA, p. 139-141, grifos nossos).

O homem, ao ser gerado, formado e materializado como humano, é acompanhado, no seu íntimo, com as virtudes dadas pelo Deus, que é o único Criador de tudo. Desse modo, os três princípios iniciais, geração, forma e matéria, compõem a primeira imagem possível de ser identificada como homem. Entretanto, o que Lúlio quer revelar é que, se essa imagem humana e as virtudes não forem desenvolvidas, o homem será considerado homem pela sua forma visual.

O debate entre as personagens retoma o fio que norteia o lamento da Filosofia, ou seja, de que a fé é a auxiliadora do intelecto para a compreensão de tudo que o homem não pode atingir somente pela via da razão. Essa era a necessidade para o desenvolvimento das virtudes. Somente pela fé ou somente pela razão, as virtudes não se tornariam hábitos.

Se o homem usar a fé como explicação de todas as coisas, ele considerará que Deus o criou e que ele sempre será e viverá da forma como foi gerado pelo Criador. Se o homem tiver as explicações unicamente pela via racional, ele se compreenderá com o poder de agir pelas suas vontades, para satisfazer suas prioridades corporais. Então, para Lúlio, o equilíbrio da mediação e entendimento entre a relação da abstração e do concreto era o que possibilitava a formação do homem para se tornar, realmente, humano.

Nesse contexto inicial de explicação, a sabedoria é uma das virtudes principais, dada por Deus, e a que favorece ao intelecto as condições de fazer a reflexão sobre determinadas questões que o homem não consegue entender sem o desenvolvimento racional vinculado à crença divina.

Assim como a sabedoria, as demais virtudes consideradas principais — prudência, fortaleza, temperança, fé, esperança e caridade — derivam da justiça divina, são guiadas pela fé e, para terem o justo entendimento, é necessário que a sabedoria faça uso do intelecto. Das virtudes criadas pelo princípio da geração, são derivadas outras virtudes, não consideradas as

mais importantes, porém necessárias, por se tratar de um fortalecimento para as virtudes principais se tornarem hábito. São elas a humildade, a paciência, a constância e outras.

A Geração sistematiza a sua fecundidade e se autodenomina absoluta. Explica que ela advém dos dois primeiros princípios, Forma e Matéria, pois deles carece para gerar as plantas, alimentos, animais e homens. Tudo que dela é criado, gerado em potência (o que tem potencialidade de poder e de mudar) e desenvolvido e transformado em ato (o que se realiza) necessita do sensitivo para a sobrevivência.

A Geração explica que a sobrevivência demanda dos sentidos gerados por ela para a distinção do que é necessário e desnecessário: visão, olfato, tato e paladar, no caso dos animais e seres humanos. Ela exemplifica: “[...] o pintainho come o grão ou a erva, gera-se o sabor [...] O sabor, porém, não está no grão em potência senão por acidente, mas é gerado propriamente pelo sentido e levado da potência em ato” (LÚLIO, EA, p. 137).

Com isso, podemos voltar às virtudes que são geradas pela ‘justiça divina’, mas que, para serem transformadas em ato, devem ser sensibilizadas para tal. Nesse caso, as virtudes não consideradas principais e que auxiliam na transformação de potência em ato.

Lúlio apresenta o homem integrado (total) pelas diferenças que o compõem. Não basta ser considerado homem, ele deve provar que é homem, e isso se realiza por várias questões que devem se unificar para gerar o todo (potência) e para se transformar em ato. Por exemplo, ser prudente não corresponde a ser considerado prudente, visto que a justiça divina deu ao ser humano a prudência, quando este foi gerado. Entretanto, para a prudência se transformar em ato, deve haver outras virtudes também transformadas em ato para auxiliar o intelecto a mostrar o discernimento do ato prudente. Disse a Geração sobre a prudência:

[...] por mim e pelo homem, é levado da potência ao ato, para que aja com prudência através da alma objetivamente, movendo as potências inferiores para a utilidade do corpo, sentindo e imaginando, a fim de que a alma esteja disposta a agir sob o hábito da prudência. (LÚLIO, EA, p. 139).

A próxima personagem a se manifestar e justificar a sua importância é a Corrupção, que se apresenta da seguinte maneira: “sou a saída do ser para o não ser” (p. 142). O que ela quer dizer com isso? Ela afirma se comportar contrariamente ao que disse a Geração, haja vista que o homem, outro ser ou objeto, ao ser corrompido, perde a sua substância que subsiste em potência e transforma-se em ato. Vejamos o exemplo que a Corrupção dá referente à lâmpada: “[...] corrompe-se a chama da lâmpada, quando falta o óleo. Enquanto durou a chama, eu estava em potência; corrompida a chama, fui convertida em ato” (LÚLIO,

EA, p. 142). Como a lâmpada perde a chama pela falta do óleo, assim o homem deixa de ser prudente, se não transformar, junto com a prudência, outras virtudes (bondade, caridade, humildade etc.) em ato.

A Filosofia vai apresentando aos ouvintes a sua importância para entender que um princípio depende do outro e que a falta dessa reflexão sobre as interpretações e decisões, tomadas por cada um (individualmente), possibilita o entendimento de ações verdadeiras para o bem próprio e social, mas, como já disse o Intelecto, o que ocorre, na maioria das vezes, são discursos mentirosos, sustentados como verdades.

Por isso, a Corrupção autodenomina-se como ‘a saída do ser para o não ser’, ela expressa a contradição entre as virtudes e os vícios que, com a ausência da razão unida à fé, leva o homem a ser corrompido pelas falsas verdades.

Entendemos, por meio das afirmações de Lúlio, representado pelas diferentes personagens, que tudo se complementa: forma (corpo), matéria (biológico — composição da forma) e geração (alma-intelecto). Então, como entendermos o corpo e a matéria sem usarmos o intelecto? Como poderia ser gerado o intelecto sem o corpo e a matéria? Filosofia e Teologia podem ser explicadas sem serem unificadas?

A Corrupção é a possibilidade de argumentarmos sobre essas questões. Ela é a personagem que contradiz o certo como incerto, mostrando ao intelecto que ela deixa de ser potência para dar presença ou justificativa a outra verdade. Exemplo: “[...] corrompe-se a chama na lâmpada, quando falta óleo. Enquanto durou a chama, eu estava em potência; corrompida a chama, fui convertida em ato” (LÚLIO, EA, p. 142).

Se a verdade for compreendida somente pela via da razão ou somente pela via da fé, ela pode ser corrompida pelo discurso da Filosofia, fazendo com que as virtudes principais e secundárias se unifiquem e corrompam o intelecto a transformarem em ato a verdade pela união da razão com a fé.

A partir desses quatro princípios iniciais, Forma, Matéria, Geração e Corrupção, a Filosofia explica sobre a implicação da virtude natural, nominada como elementativa, e a virtude contraída, denominada vegetativa. A elementativa refere-se aos quatro elementos naturais — água, fogo, terra e ar — e é explicada pelo fato de ser composta por elementos que estão na natureza, propiciam a vida e são necessários à vida: os metais, plantas e animais. Esses são elementos necessários e gerados para servirem o bem da natureza e

[...] compõem-se uns em relação aos outros reciprocamente, como aparece claro nas quatro massas sensíveis, por exemplo, a chama é quente e seca; o

ar, úmido e quente, frio pela frigidez; a água comprimida na panela pela chama é quente, pelo ar é úmida: a terra pela água é fria e consequentemente, pelo ar é úmida e pela chama é quente. (LÚLIO, EA, p. 149).

Para a compreensão do exemplo acima, é necessário que o homem use a inteligência, porém, como explicar esses elementos sem o uso da fé? É uma questão que não separa um do outro. Entendemos que a Filosofia, ao falar sobre as falsas verdades, demonstra que, sem a razão para essa explicação, naturalizamos os quatro elementos e, ao naturalizarmos-los, damos falsas explicações às suas formas, matéria e geração.

Compreendemos melhor essa questão com a fala da personagem Vegetativa. Ela é a vegetação que contém três espécies na sua natureza: a geração, o aumento e a nutrição. Por exemplo, a vegetação gera a árvore que recebe o aumento e a nutrição e estes dependem dos quatro elementos naturais. Sem a grandeza dos elementos, a natureza é contraída, ou seja, é corrompida quando dela são retirados os elementos naturais necessários para o seu aumento.

A Vegetativa carrega princípios inatos que a fazem ser parte do mundo para a sobrevivência dos outros seres. Nela, há “bondade, grandeza, duração, poder, instinto, apetite e outras virtudes” (LÚLIO, EA, p. 151) que, quando não são corrompidos pelos elementos naturais ou pelos próprios homens, tornam-se bons, duráveis, poderosos e grandes para a permanência dos seres na Terra.

Com isso, a Filosofia critica os homens que, com falsas verdades, corrompem a natureza para finalidades específicas, prejudicando a todos: o animal; os elementos naturais, a natureza e, consequentemente, o próprio homem. A falta do uso do intelecto, no homem que age contra a natureza, para compreender a relação da natureza para a sustentação da vida, está na falta da transformação das suas virtudes (principais e secundárias) em ato que lhe possibilita corromper a sua vontade própria.

A Vegetativa afirma que ela tem o poder de “[...] causar no roseiral tal rosa assim figurada, folheada, colorida, saborosa como se eu tivesse intelecto para fazer isso; do mesmo modo o pintor, através do seu intelecto e de sua imaginação, pinta tal rosa na parede [...]” (Lúlio, EA, p. 154). A apresentação da personagem Sensitiva revela a sua ligação direta com os princípios, a Elementativa, a Vegetativa e a Imaginativa, que, juntas, constituem a natureza. A Sensitiva está pautada nos cinco sentidos que são gerados ao ser humano como mediador do falso e real para a sua vida. Por exemplo, as sensibilidades da audição, da visão, do paladar, do olfato e do tato são sentidos que exigem o uso racional para a compreensão de que

[...] sou alma absoluta na coisa sensível, isto é, pelo senso comum. E sou articulada aos sentidos exteriores. E subalternada sou em qualquer sentido exterior, por exemplo, na potência visiva, que sente o órgão, isto é, o olho que pode ver o branco, o negro e uma terceira cor indefinida; **essa mesma potência visiva, porém, é tão geral, para ver a cor indefinida ou mista, que é a mesma no colorido, quando é geral para ver a alvura intensa no branco, e o mesmo diga-se da negrura intensa. Mas, a cor indefinida não é tão disposta para ser objetivada por ela, como é a cor intensa.** E, assim fica claro que não falha quanto a si, mas falha o sujeito deformado e desproporcional. E assim digo e confesso que mais pode o divino poder em mim por si mesmo e por causa de si mesmo do que eu possa ser apassivada por mim e por causa de mim. E isso é digno e justo, visto que ele é causa e fim, e eu, efeito. (LÚLIO, EA, p. 158, grifos nossos).

A Sensitiva propõe a reflexão do que vemos e fazemos sem a determinada análise das nossas ações. A nossa percepção pelos sentidos ‘naturais’ é tão comum que vemos, mas não enxergamos, ou melhor, vemos o óbvio e não enxergamos o fundamento do óbvio. Como afirma a personagem, somos corrompidos pelo senso comum que é o mais fácil de ser compreendido. Nesse caso, para o entendimento das misturas das cores, exemplo dado pela Sensitiva, é necessária, primeiramente, a compreensão das cores primárias (vermelho, amarelo e azul), que resultam nas cores secundárias (laranja, verde e violeta) e que, por conseguinte, juntas, possibilitam as terciárias. Assim como o branco que representa a mistura de todas as cores com a presença de luz e o preto que, corrompido pela luz, traduz a ‘negrura intensa’. Para essas análises, são necessários ciência e uso da inteligência. Logo, sem razão o senso comum prevalece.

A personagem Imaginativa deriva da Sensitiva e disse: “[...] como estou unida com a sensitiva, componho a quimera a meu bel prazer; e faço a mesma composta de várias semelhanças de particulares, diferentes espécies” (LÚLIO, EA, p. 160). A Imaginativa, segundo ela mesma, está acima da Sensitiva, por isso “[...] tudo o que a mesma pode sentir, eu posso imaginar” (LÚLIO, EA, p. 161), contudo “O intelecto [...] é potência acima de mim mais do que eu acima da sensitiva, visto que o mesmo é substância espiritual e nós somos do gênero corporeidade” (LÚLIO, EA, 2001, p. 161).

Partindo desse pressuposto, o Movimento entrou na conversa e se apresentou da seguinte maneira: “[...] sou ente existindo com potência para o ato. E existo no sujeito, no qual estou, com o qual o movente move o móvel da potência para o ato” (LÚLIO, EA, p. 163).

O Movimento está em tudo e em todos e segue a relação estabelecida pelos demais princípios, pois ele necessita de forma, matéria, geração, corrupção, elementos, vegetação, sentidos e imaginação que, juntos, dão a ele a possibilidade de se fazer ato. Tudo, por ele, tem movimento, inclusive o particular.

Se há o movimento do particular ao externo, segue a compreensão pelo Intelecto que se dispõe a explicar o seu papel perante a Filosofia. Disse ele: “[...] fui criado pelo intelecto divino” (LÚLIO, EA, p. 165) e segue:

E, por isso, como sou todos associado, sou poderoso para entender as coisas gerais, por exemplo, o gênero, a espécie, as coisas abstratas, pelo fato de ser bom, grande, etc. Com todos esses sou composto, como bem, grandemente, etc., o objeto primeiro, que é o meu fim e todas as coisas por causa dele. Com esses faço ciência profunda sobre a bondade, a grandeza, etc. [...] porque sou composto com todos esses, na medida em que cada um está em mim e eu estou essencialmente neles, multiplicamos a extensão e a única essência. E isso mesmo vale da vontade e da memória, na medida em que somos uma essência, uma alma imortal. (LÚLIO, EA, p. 165).

A conversa entre a Filosofia e os princípios criam o meio de se explicar a formação do mundo e a do homem, mostrando aos ouvintes que o Intelecto é parte do homem, não é o todo, mas depende dos demais princípios (potências) para se concluir no Intelecto, e, muitas vezes, chega ao Intelecto falho ou enganado. Tudo se justifica se o homem não se completar pelo uso de suas potências, transformando-as em atos. Lúlio explica essa afirmação do seguinte modo:

[...] sou vida; e enquanto sou vida, sou vida e forma do corpo, como qual estou conjunto. A razão disso é porque transformo em espécie humana as quatro potências do corpo, a saber: a elementativa, a vegetativa, a sensitiva e a imaginativa. O próprio homem, entretanto, é perfeito através de mim e me move para entender, visto que minha natureza é entender e isso naturalmente. Moralmente, porém, se bem me move para entender, sou verdadeiro e bom. Se, no entanto, o próprio homem é mau moralmente, e me move sofisticadamente, sou mau e falso, porque sou desviado do meu fim e habituado ao pecado (LÚLIO, EA, p. 167).

O movimento é direcionado e movido pelo seu condutor. Se o homem fizer uso da sua inteligência, permitindo que as virtudes principais sejam corrompidas, seu movimento será para as ações sem moral. Será o movimento pelo instinto da vontade, ou seja, sem a unificação do todo. O movimento é “[...] movente e móvel artificialmente, assim como a nave movida pelo vento e o navegante movido pelo movimento da nave e a figura da arca movida da potência para o ato; e assim os outros objetos mecânicos” (LÚLIO, EA, p. 164).

O Movimento se considera móvel no intelecto, de duas maneiras: uma inferior e outra superior. A inferior é pelo sentido que corresponde ao “movimento no sujeito movido pela comida, bebida, pelos desejos do corpo” (LÚLIO, EA, p. 164) pela imaginação (sem confirmação) e pelo movimento intelectual mecânico (repetição sem reflexão), transformando a potência em ato irreflexivo. O superior é o que faz o intelecto analisar o bem para a ação. O pensar antes do agir, visando às possibilidades e impossibilidades de erros e acertos, antes de transformar a potência em ato.

[...] eu entendo e faço ciência de duas maneiras. Primeiro, pelo sentido e pela imaginação das coisas inferiores, como nas artes liberais e mecânicas e nas morais. Tenho um outro modo através dessas coisas, que são superiores, por exemplo, por Deus e por suas dignidades e pelas substâncias separadas. E, assim como faço as ciências inferiores, através do possível e do impossível, assim faço as ciências superiores, através do possível e do impossível. E sou mais alto e assertivo pela possibilidade e impossibilidade para as coisas superiores do que para as inferiores; visto que Deus é superior. (LÚLIO, EA, p. 167-168).

O agir do intelecto se dá no intrínseco e no extrínseco, considerando que, para ele, a Teologia é ciência superior e as demais, inferiores, não são desnecessárias, mas, quando não apreendidas como inferiores à Teologia, fazem-se pelos sentidos e pela imaginação, ou seja, postam-se como verdadeiras pelo senso comum.

Entra, nesse campo de discussão, a personagem Vontade que, pela sequência expositiva e dialogal, é o 11º, dos 12 princípios caracterizados pelos personagens do debate. Ao se apresentar, ela foi direta e clara, dizendo: “[...] sou substância criada, à qual compete propriamente querer e por acidente não-querer” (LÚLIO, EA, p. 170).

A Vontade esclarece a sua dificuldade em ser boa, pois o homem tem o livre arbítrio para escolher. Ela diz ser optativa e que sempre pede ao Intelecto e à Memória para que apontem o seu objeto desejado, mas a Vontade esclarece que eles fazem o mesmo a ela, haja vista que o Intelecto e a Memória a atenderão. Completa afirmando que, apesar de eles, juntos, tentarem se ajudar mutuamente, na maioria das vezes, não conseguem, porque

[...] o homem mau, quando é perverso, nos deforma, quando foi habituado à avaréza, a imprudência etc. Nós, porém, sem ele não podemos fazer nada, visto que ele é o motor e nós os móveis; ele é o universal e nós particulares. (LÚLIO, EA, p. 172).

Para a Verdade, a perfeição da vida seria a união dos seus hábitos, do Intelecto e da Memória, transformados em ato, porque ela é exaltada pelo hábito da caridade, o Intelecto

pelo da fé, e a Memória pelo do recordar. Para a Verdade, o Intelecto deveria sempre prevalecer, pois é dele o hábito da fé que implicaria na vontade da caridade e na memória de recordar o entender de amar.

Por fim, a Memória se examina e diz ser a consequência do Intelecto, entretanto, eles são potências distintas pelo antecedente (pelo entender do intelecto) e pelo consequente (recordar da memória), e ela explica o porquê. Segundo a Memória, sua função não é trazer para o presente o que a memória guardou como lembrança, mas ter a recordação dos seus hábitos, entender os fundamentados adquiridos pelo Intelecto por meio das ciências, que é seu precedente, e transformá-los em ato.

O meu possível e o meu impossível são meus instrumentos. Pelo possível, posso receber as espécies e devolvê-las. Pelo meu impossível, às vezes, não posso devolver as espécies antigas em mim simplesmente privadas; e isso, porque o tempo é prolongado ou porque as espécies me foram dadas por contingência, isto é, por um lento entender e querer e porque não transformei frequentemente as mesmas potências em ato. (LÚLIO, EA, p. 176-177).

Há dois modos de o Intelecto entender as ciências, fazer uso da razão e dar à Memória a consequência dessa aprendizagem que será atribuída à Vontade para transformá-la em ato. A primeira forma de se fazer ciência é pela parte que o Movimento e a Memória consideram inferior — sentidos e imaginação —, pois, por meio desses dois princípios, a Memória recebe o aprendizado primitivamente, ocorre a deformação do Intelecto e da Memória, tornando-a preguiçosa lenta e rude, o que, conseqüentemente, levará a esse entendimento que a Vontade transformará em ato sem definição da verdade.

A segunda forma é analisada por ela mesma como a superior, tornando-a ‘leve, deleitável, sadia, reta e solícita’, quer dizer que o verdadeiro conhecimento, aquele que é científico e tem a finalidade do uso da razão subordinada à fé, fará o Intelecto encaminhar para a Memória a necessidade de pensar e recordar seu fim para, depois, encaminhá-lo à Vontade que transformará esse conhecimento em ato refletido.

Depois das apresentações e devidas justificativas da união dos princípios, o livro é finalizado com o pedido da Filosofia a Lúlio para levar, ao rei Filipe, o que fora apresentado e conversado entre ela e os seus princípios. A Filosofia enaltece o rei e pede a Lúlio que reforce, ao dirigente (rei), a reparação da injustiça que fora cometida contra a Filosofia pois, decorrente desses erros, as falsas verdades, tratadas aqui, estavam prevalecendo socialmente.

A Filosofia ainda indica a Lúlio como se portar perante o rei. Diz para ele não ser tímido e lento, mas confiar no que apresentar e tratar as questões de forma filosófica e convincente, comprovando as suas palavras e justificando-as para o bem da sociedade.

A nosso ver, a obra é uma aula de virtude e tratados sobre a necessidade de alterações educacionais e políticas que a sociedade do início do século XIV enfrentava. Lúlio representa, pelos personagens, a relevância do debate e da compreensão de que o homem deve conhecer o todo e saber agir com prudência para não ser convencido por aqueles que discursavam sem revelar o verdadeiro sentido das suas intenções.

Lúlio trata as questões políticas e educacionais de forma vinculada. Não as separa e incorpora a elas mais elementos que, perante o rei, deveriam denotar a importância de o conhecimento estar associado aos fundamentos da fé e da razão como elementos essenciais para o desenvolvimento da moral.

Considerações finais

Consideramos que *O Livro da Lamentação da Filosofia* é uma obra que representa os questionamentos de Lúlio quanto ao seu momento e à forma como estava sendo direcionado o conhecimento para a compreensão das questões partilhadas com as mudanças sociocomportamentais.

A nosso ver, é fundamental tratarmos sobre a necessidade do pensamento reflexivo para as ações pertinentes ao bem da sociedade, por isso, pensar no pensamento científico e ligá-lo à formação humana acreditamos que não deve ser estabelecido como uma análise somente voltada para o século XIV. Certamente, cada momento tem suas exigências, prioridades e relações pertinentes à organização do período, mas o que não podemos deixar de tratar é sobre a importância comum em qualquer espaço temporal, que visa ao pensar no outro para o bem coletivo.

Enquanto os objetivos estiverem particularizados, sem a complementação dos diferentes princípios que se integram e tratam da devida hierarquia a ser seguida para as ações pensadas, a personificação da transformação da potência em ato para o bem comum, como verdade argumentativa, continuará somente como representação do passado.

Referências

BITTAR, E. C. B. O aristotelismo e o pensamento árabe: Averróis e a recepção de Aristóteles no mundo medieval. **Revista Portuguesa de História do Livro e da Edição**, Ano XII, v. 24. p. 61-103, 2009.

JAULENT, E. (Introd.) **Escritos Antiverroístas (1309-1311)**. Trad. Brasília Bernardete Rosson, Sérgio Alcides, Ronald Polito. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

LIBERA, A. de. **A Filosofia Medieval**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LÚLIO, R. **Escritos Antiaverroístas (1309-1311)**. Trad. Brasília Bernardete Rosson, Sérgio Alcides, Ronald Polito. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SIMON, J. M. R. **A Arte de Raimundo Lúlio e a teoria Escolástica da Ciência**. Trad. Fernando Salles. Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio”: São Paulo, 2004.

ZILLES, U. **Fé e Razão no pensamento medieval**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.